

**Parecer nº 147/99**

Data: 1999.09.09

Processo nº 680

**Requerente:** Albertino Pereira dos Reis.

**I - O pedido**

Albertino Pereira dos Reis, identificado no processo, requereu ao Hospital de Santa Maria o acesso ao processo clínico de seu filho, Adalberto Monteiro Pereira, que entrou naquele Hospital em 8 de Fevereiro de 1998 e aí faleceu nesse mesmo dia.

Nos termos do disposto no artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com a nova redacção dada pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, o Hospital de Santa Maria solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) o necessário parecer sobre a possibilidade de revelação dos documentos requeridos.

A fundamentar o pedido o requerente alega que os documentos que pretende se destinam a fins judiciais.

**II - Os factos**

Consideram-se provados os alegados parentesco e falecimento, através das fotocópias do bilhete de identidade do requerente e de certidão da escritura de habilitação de herdeiros do referido Adalberto Monteiro Pereira, que se juntaram ao processo.

Também se considera assente o facto, alegado pelo requerente, de que necessita de aceder ao mencionado processo clínico para fins judiciais.

### **III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA artigos 15º, nº 2, e 20º, nº 1, alínea c) ;

É posição assente da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo existe sempre que os dados clínicos contidos no documento a que se pretende aceder se destinem a fazer valer direitos ou a contestar obrigações eventualmente decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito.

Também a estreita relação pessoal e familiar tem sido reconhecida, em anteriores pareceres, como bastante para fundamentar, por si, em determinados casos, o interesse directo, pessoal e legítimo.

O interesse invocado permite, pois, fundamentar o reconhecimento do direito do requerente no acesso a tais dados pessoais.

### **IV - Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso directo de Albertino Pereira dos Reis à informação acima referida respeitante a seu filho Adalberto Monteiro Pereira, já falecido, constante de documentos arquivados no Hospital de Santa Maria.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Envie-se cópia do presente parecer ao requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Aprovado na sessão da CADA de 9 de Setembro de 1999.

*Castro Martins* (Presidente) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*